

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.376.466 - SP (2018/0257283-7)

RELATOR : **MINISTRO RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA**
AGRAVANTE : **EVOLUTION INTERMEDIÇÃO DE NEGÓCIOS LTDA**
OUTRO NOME : **FÓRMULA PLÁSTICA - INTERMEDIÇÕES DE SERVIÇOS MÉDICOS**
ADVOGADOS : **NILTON ALEXANDRE CRUZ SEVERI - SP166919**
: **PATRICIA SCHOEPS DA SILVA E OUTRO(S) - SP256753**
AGRAVANTE : **MAURICIO NOGUEIRA BRAGA**
ADVOGADO : **SANDRA REGINA FRANCO LIMA - SP161660**
AGRAVADO : **G S DE F (MENOR)**
AGRAVADO : **I S DE F (MENOR)**
REPR. POR : **A A DE F**
ADVOGADO : **ANDRÉ LUIZ SILVA RICCI - SP164110**
INTERES. : **SAGA CONSULTORIA EM NEGÓCIOS S/S LTDA**
OUTRO NOME : **INSTITUTO DE CIRURGIA SALT LAKE**
ADVOGADO : **ANDRÉA MARIA DEALIS - SP109550**

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto por EVOLUTION INTERMEDIÇÃO DE NEGÓCIOS LTDA. contra a decisão que inadmitiu recurso especial. O apelo extremo, fundamentado no artigo 105, inciso III, alíneas "a" e "c", da Constituição Federal, desafia acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo assim ementado:

"Apelação. Responsabilidade civil. Pedido indenizatório. Erro médico. Sentença de procedência. Inconformismo das rés. Preliminar de intempestividade do recurso da corré Evolution afastada. No mérito, restou comprovado o tratamento negligente dispensado à genitora das autoras, em procedimento pré-operatório de lipoaspiração e mamoplastia, que veio a falecer. Danos materiais e morais verificados. Valores indenizatórios mantidos. Manutenção da sentença por seus próprios fundamentos (art. 252 RITJSP). Recurso não provido" (fl. 1.387 e-STJ).

Nas razões do especial, a recorrente, além de indicar dissídio jurisprudencial, aponta violação do art. 1.022, I e II, parágrafo único, II e 489, § 1º, IV e VI, do Código de Processo Civil de 2015 e do art. 14, §§ 3º, II, e 4º do Código de Defesa do Consumidor.

Argumenta que o acórdão recorrido incorreu em omissão porquanto não se pronunciou sobre a tese de que houve culpa exclusiva do consumidor e fato de terceiro, no caso, o médico que realizou o procedimento. Afirma que a paciente omitiu de seu médico a ocorrência de cirurgia anterior e sustenta que o médico deve responder pela sua culpa durante o procedimento cirúrgico e pós-cirúrgico.

Requer que seja conhecido o agravo e provido o recurso especial.

Contrarrazões apresentadas às fls. 1.512-1.516 e 1.519-1.524 (e-STJ).

O Presidente do Tribunal de origem inadmitiu o recurso especial, dando ensejo à interposição do presente agravo.

O Ministério Público Federal emitiu parecer pelo não conhecimento do agravo em recurso especial (fls. 538-542 e-STJ).

É o relatório.

DECIDO.

Ultrapassados os requisitos de admissibilidade do agravo, passa-se ao exame do recurso especial.

O acórdão impugnado pelo presente recurso especial foi publicado na vigência do Código de Processo Civil de 2015 (Enunciados Administrativos nºs 2 e 3/STJ).

A insurgência não merece prosperar.

O argumento de que o acórdão atacado teria incorrido em negativa de prestação jurisdicional improcedente. De fato, o Tribunal de origem indicou adequadamente os motivos que lhe formaram o convencimento, analisando de forma clara, precisa e completa as questões relevantes do processo e solucionando a controvérsia com a aplicação do direito que entendeu cabível à hipótese. Eis o trecho do acórdão impugnado, relevante para a solução da controvérsia:

"(...)

A perícia técnica concluiu, que: 'Há nexo de causalidade entre complicações decorrentes da cirurgia plástica efetuada e o desfecho fatal da Sra. Inês Maia, complicações estas representadas por processo infeccioso desencadeado e evolução para sepse e falência múltipla de órgãos' (fl 1057).

(...)

Assim, em que pese tenha o réu apelante Maurício afirmado que solicitou exame de ultrassonografia do abdome e parede abdominal da mãe das autoras apeladas, tal exame não veio aos autos, não tendo ele, ainda, logrado comprovar a efetiva `solicitação de tal exame.

Ainda que assim não fosse, extrai-se do laudo pericial que 'supondo-se a hipótese do referido exame pré-operatório não ter apontado a existência de aderência entre a alça intestinal e a parede abdominal, a presença da cicatriz abdominal consequente à cirurgia efetuada vinte e seis anos antes da cirurgia plástica deveria ser melhor investigada nesta época, já que, hipoteticamente, havia o desconhecimento sobre a cirurgia realizada e originária da cicatriz preexistente'.

Assim, não socorre igualmente o réu apelante a alegação de que teria realizado o exame, não tendo referido exame revelado a presença da alça intestinal aderida à parede do abdome, diante inafastável dever de diligência que impunha a investigação da causa da cicatriz.

A responsabilidade da corré Evolution Intermediação de Negócios Ltda., por sua vez, decorre dos termos do artigo 14 do Código de Defesa do Consumidor e restou devidamente caracterizada, uma vez que, enquanto intermediadora de serviço médico, contratava e indicava os profissionais aos seus consumidores.

Constatada, portanto, a negligência técnica do médico habilitado pela ré Evolution no procedimento pré-operatórios da genitora das autoras, e o dano decorrente de tal conduta consistente no óbito da paciente, resta configurada a responsabilidade solidária dos corréus apelantes" (fls.

1.395-1.396 e-STJ).

Não há falar, portanto, em prestação jurisdicional lacunosa ou deficitária apenas pelo fato de o acórdão recorrido ter decidido em sentido contrário à pretensão do recorrente.

Na verdade, o Tribunal de origem afastou a responsabilidade da paciente e concluiu pela responsabilidade do médico e pela responsabilidade objetiva da clínica, conforme convicção extraída da interpretação do art. 14 do CDC e da análise dos fatos e das provas do processo.

Rever os fundamentos do acórdão recorrido importaria necessariamente no reexame de provas, o que é defeso nesta fase recursal, ante o teor da Súmula nº 7/STJ.

Ademais, a conclusão do acórdão recorrido está de acordo com o entendimento jurisprudencial desta Corte.

A propósito:

"CIVIL E PROCESSUAL CIVIL. CONSUMIDOR. REPARAÇÃO DE DANOS MORAIS E MATERIAIS. CIRURGIA PLÁSTICA. ERRO MÉDICO. DEFEITO NO SERVIÇO PRESTADO. CULPA MANIFESTA DO ANESTESISTA. RESPONSABILIDADE SOLIDÁRIA DO CHEFE DA EQUIPE E DA CLÍNICA.

1. O Tribunal a quo manifestou-se acerca de todas as questões relevantes para a solução da controvérsia, tal como lhe fora posta e submetida. Não cabe alegação de violação do artigo 535 do CPC, quando a Corte de origem aprecia a questão de maneira fundamentada, apenas não adotando a tese da recorrente. Precedentes.

2. Em regra, o cirurgião chefe dirige a equipe, estando os demais profissionais, que participam do ato cirúrgico, subordinados às suas ordens, de modo que a intervenção se realize a contento.

3. No caso ora em análise, restou incontroverso que o anestesista, escolhido pelo chefe da equipe, agiu com culpa, gerando danos irreversíveis à autora, motivo pelo qual não há como afastar a responsabilidade solidária do cirurgião chefe, a quem estava o anestesista diretamente subordinado.

4. Uma vez caracterizada a culpa do médico que atua em determinado serviço disponibilizado por estabelecimento de saúde (art. 14, § 4º, CDC), responde a clínica de forma objetiva e solidária pelos danos decorrentes do defeito no serviço prestado, nos termos do art. 14, § 1º, CDC.

5. Face as peculiaridades do caso concreto e os critérios de fixação dos danos morais adotados por esta Corte, tem-se por razoável a condenação da recorrida ao pagamento de R\$ 100.000,00 (cem mil reais) a título de danos morais.

6. Recurso especial conhecido em parte e, nesta parte, provido"

(REsp 605.435/RJ, Rel. Ministro JOÃO OTÁVIO DE NORONHA, Rel. p/ Acórdão Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, julgado em 22/09/2009, DJe 16/11/2009)

Ante o exposto, conheço do agravo para conhecer em parte do recurso

especial e negar-lhe provimento.

Na origem, os réus Maurício Nogueira Braga e Evolution Intermediação de Negócios Ltda. foram condenados solidariamente ao pagamento de honorários sucumbenciais no valor de 10% (dez por cento) sobre o valor da condenação por danos morais (R\$ 100.000,00, fls. 1.276-1.277 e-STJ).

Dessa forma, fixo os honorários recursais em 1% (um por cento) sobre o valor da condenação, a ser pago pela recorrente ao advogado das recorridas, mantendo-se, no mais, a verba honorária na forma determinada na origem.

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília (DF), 12 de fevereiro de 2019.

Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA
Ministro

